

DA MEDICALIZAÇÃO À “LINGUISTIZAÇÃO” DA SURDEZ

From medication to “languagization” of deafness

Luiz Claudio da Costa Carvalho

Professor adjunto, com dedicação exclusiva, do Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Além de atuar como docente, atualmente, é Chefe da Divisão de Assistência ao Aluno (DIASE). Possui graduação em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ (1984), mestrado (1996) e doutorado (2003) em Letras Vernáculas pela Faculdade de Letras da UFRJ. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e, atualmente, tem-se dedicado ao estudo das interfaces entre linguística, produção textual, estudos culturais e literatura, com o objetivo de desenvolver estratégias facilitadoras de aquisição de linguagem para alunos surdos. Como coordenador do GEPAS: Linguagem & Cognição, desenvolveu a pesquisa Outras Palavras: Escrita e reescrita de textos por alunos surdos, a criação literária e artística como lugar de fronteira entre culturas e como fonte de motivação ética e estética para a produção de textos em Libras e em Português. É também escritor de textos literários. Endereço eletrônico: claudiocarvalho60@gmail.com

Material recebido em 26 de maio e selecionado em 23 de junho de 2011

RESUMO

Reflexões sobre discursos em torno do tema da chamada “*identidade surda*”, estabelecendo conexões entre certos discursos multiculturalistas dos movimentos sociais das minorias e do associativismo civil da sociedade contemporânea globalizada. O foco principal de tais reflexões recai sobre o discurso que encara a surdez como um fenômeno de natureza essencialmente linguística, tratando os grupos sociais surdos apenas como uma espécie de minoria linguística: parte expressiva das pessoas dedicadas aos estudos no campo da surdez e aos movimentos sociais surdos rejeita enfaticamente a medicalização da *diferença* e aceita com tranquilidade a *naturalização* linguística das línguas de sinais. Destacam-se indagações sobre a perspectiva teórica que encara as línguas de sinais como “línguas naturais”, descrita como um processo de “linguistização” da surdez. Aborda-se o tema do poder

burocrático e paroquial sobre a surdez exercido, não mais pela Medicina e ciências afins, mas pela figura mitificada do “linguista”.

Palavras-chave: surdez, minorias, multiculturalismo, língua, linguagem.

ABSTRACT

Reflections on speech around the theme of the “deaf identity” by establishing connections between certain multiculturalist discourses of social movements of minorities and civil society associations of contemporary globalization. The main focus of these discussions is on the discourse that views deafness as an essentially linguistic phenomenon, treating the deaf social groups only as a kind of linguistic minority: a significant proportion of people dedicated to studies in the field of deafness and the deaf social movements emphatically rejects to the medicalization of difference

and accepts with equanimity the linguistic naturalization of sign languages. Among them are questions about the theoretical perspective that sees the sign languages as “natural language”, described as a process of “linguistization” deafness. Addresses the issue of bureaucratic power and parochial power about deafness exercised, not by medicine and related sciences, but by the mythologized figure of “linguist”.

Keywords: deafness, minorities, multiculturalism, “*langue*”, language.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi apresentado, sob a forma de comunicação oral, no IX Congresso Internacional do INES, cujo tema era *O lugar do conhecimento: identidade, sujeito e subjetividade*.

Como apenas o resumo da comunicação oral será publicado, acho oportuno publicar, realizadas, é claro, adaptações, seu texto integral na presente edição da Espaço. Desejo explicitar algumas reflexões e inquietações sobre os discursos em torno do tema da chamada “*identidade surda*”, estabelecendo conexões com certos discursos multiculturalistas dos movimentos sociais das minorias e do associativismo civil da sociedade contemporânea globalizada. Tais inquietações nasceram da atuação como professor do Curso Bilíngue de Pedagogia, oferecido pelo Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DESU-INES), no Rio de Janeiro.

O tema específico aqui abordado está desenvolvido de uma forma mais amiudada no relatório da pesquisa intitulada “*Outras Palavras: Escrita e reescrita de textos por alunos surdos, a criação literária e artística como lugar de fronteira entre culturas e como fonte de motivação ética e estética para a produção de textos em Libras e em Português*”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa na Área da Surdez: Linguagem & Cognição (GEPAS: Linguagem & Cognição), no qual atuei como líder do grupo de pesquisa. O referido relatório foi entregue à FAPERJ, que concedeu ao grupo uma bolsa de pesquisa, e também à Divisão de Estudos e Pesquisas do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do INES. Atualmente, estou envolvido com trabalho de trans-

formar tal relatório em um texto definitivo para publicação.

Ingressei no Curso Bilíngue de Pedagogia do INES em 2007. Sou docente em Atividades Formadoras (este é o nome que é dado, em nosso Curso, às disciplinas) relacionadas com Língua, Linguagem, Linguística, Produção Textual e te-

Desejo explicitar algumas reflexões e inquietações sobre os discursos em torno do tema da chamada “*identidade surda*”, estabelecendo conexões com certos discursos multiculturalistas dos movimentos sociais das minorias e do associativismo civil da sociedade contemporânea globalizada.

mas afins. Devido às especificidades linguísticas das pessoas surdas, o Curso Bilíngue de Pedagogia conta em sua grade curricular com algumas Atividades Formadoras que visam fomentar e desenvolver reflexões sobre questões relativas à

língua, à aquisição de linguagem, às noções de coesão e coerência textual, aos conceitos de “texto” e de “escrita”, dentre outras. Por isso, eu, oriundo da Faculdade de Letras, acabei encontrando um espaço de atuação profissional em um Curso de Pedagogia maior do que o normalmente esperado.

Nunca havia atuado na área da surdez. Estudei, porém, temas relativos às questões de gênero, do pensamento complexo, do multiculturalismo, das minorias, do binômio “*identidade/diferença*”. Porém, jamais me aventurara a esboçar qualquer tipo de estudo diretamente sociológico e/ou etnográfico. Minhas reflexões sobre os temas mencionados se restringiam ao campo das representações simbólicas das minorias em obras artísticas ou, mais exatamente, literárias. Em minha dissertação de Mestrado¹, por exemplo, escrevi sobre as características estéticas e ideológicas dos romances *Cleo e Daniel* e *Coiote*, do terapeuta e escritor Roberto Freire. Interpretei aspectos da natureza original do projeto estético-político e sua inserção na cena literária brasileira. Refleti, então, sobre o contexto cultural e político dos anos 60 até os anos 80: movimento social das minorias e associativismo civil, comunidades alternativas, perspectiva microfísica do poder, ditadura militar e missionarismo de esquerda, anarquismo, terapia alternativa de base reichiana, convivência entre cultura letrada e mercado cultural de massa, contracultura, *beat generation*. Na tese de doutorado²,

1 CARVALHO, Luiz Claudio da C. *Roberto Freire, uma paixão no labirinto: um estudo dos romances Cleo e Daniel e Coiote*. Defesa: nov./96. 313 fls. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Fac. de Letras, UFRJ, 1996. Cópia reprográfica.

2 CARVALHO, Luiz Claudio da C. *Pensando a margem: um diálogo com Hilda Hilst e Caio Fernando Abreu*. Defesa: dez. 2003. 488 fls. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Fac. de Letras, UFRJ, 2003. Cópia reprográfica.

DEBATE

refleti sobre as características estéticas e ideológicas de obras de Hilda Hilst e Caio Fernando Abreu. Abordei as formas de inserção dos referidos autores na cena literária brasileira do final do século XX. Abordei o tema das articulações do fazer literário com o mal-estar na modernidade, com a crise do humanismo liberal, com a crise do paradigma cartesiano-newtoniano e do mito da objetividade científica, com a desestabilização dos modelos teóricos de interpretação histórica e literária, com a contracultura, com a emergência da sociedade do espetáculo, com o holismo, com a ecologia, com o movimento social das minorias, com a pós-modernidade.

Nos dois trabalhos de maior fôlego e em outros, as reflexões vindas do campo sociológico e/ou antropológico serviam de subsídios para interpretações dos objetos literários com os quais trabalhava.

Tais afirmações biográficas, que praticamente me impõem o uso da primeira pessoa do singular, a despeito dos bons modos acadêmicos que sugerem o uso do plural, objetivavam introduzir – e, quem sabe, justificar – a espécie imprópria de “etnografia” espontânea que passarei a apresentar, ao discutir o tema do que passamos a chamar de “linguistização” da surdez, um neologismo formado a partir da expressão “*medicalização da surdez*”³, muito presente nas reflexões de Carlos Skliar e dos chamados Estudos Surdos de modo geral (certamente influenciados pela crítica pós-estruturalista e suas ponderações sobre a microfisi-

ca do poder e sobre os mecanismos institucionais de controle social).

O foco do presente relato recairá sobre alguns aspectos do tema da chamada “identidade surda” e sua profunda vinculação com uma espécie de fundamentação linguística. Mais amplamente, esperamos que nossas ponderações, aparentemente restritas às reflexões sobre o universo da surdez, sirvam para que consideremos alguns desdobramentos sociais empíricos inesperados que derivam de alguns discursos e práticas sociais multiculturalistas em torno do tema da alteridade e da diferença.

A pesquisa desenvolvida pelo GEPAS: Linguagem & Cognição começou com o objetivo de refletir sobre o papel do texto literário (prosa, poema e drama), de outras maneiras de expressão artística (cinema, artes plásticas, artes cênicas...) e de formas escritas do cotidiano (cartas, postais, e-mails, manifestos, abaixo-assinados, notícias de jornais e periódicos...) como elementos facilitadores e motivadores para a escrita e reescrita de textos por alunos surdos de diferentes faixas etárias e graus de escolaridade. Na época, eu acreditava ser mais importante destacar os aspectos ideológicos (éticos e estéticos) que movimentam os seres humanos na direção da aquisição de uma língua do que enfatizar possíveis diferenças sintáticas ou de quaisquer outras naturezas entre a Língua Portuguesa e a Libras. Argumentávamos, então – volto ao plural porque se trata de uma argumentação presente nas discussões do GEPAS –, que a interação

do aprendiz surdo de língua portuguesa com a produção artística e literária, no mínimo, brasileira e ocidental era mais do que um *meio* para motivar afetivamente o interesse dos alunos pela língua que dá suporte a tais manifestações culturais. Tratava-se, antes, de uma *condição necessária* para o exercício pleno de todas as faculdades humanas de um indivíduo que é surdo, mas também cidadão brasileiro e ocidental. Não se adotava, portanto, uma visão *instrumental* nem da literatura e das artes e nem da língua. O domínio de uma língua escrita era visto apenas como parte da interação social, que se forja no intercâmbio de linguagem com os outros. As barreiras motivacionais ao aprendizado de língua portuguesa eram colocadas, no mínimo, no mesmo patamar que possíveis barreiras resultantes de discrepâncias formais, sintáticas, por exemplo, entre a Libras e a Língua Portuguesa. Infelizmente, pouco pudemos colocar em prática nossas suposições e teorias. Ainda espero poder retornar à atividade investigativa e testar, diretamente com crianças surdas em processo de aprendizado da Língua Portuguesa, a perspectiva de processo de aprendizado aqui esboçada.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, eu e o grupo nos deparamos com posicionamentos dicotômicos extremados. Eis aqui o *leitmotiv* do presente artigo. Alguns discursos identitários surdos afirmavam, por exemplo, ser a Libras a “*língua natural do surdo*” e viam como uma espécie de impostura de uma suposta “*cultura ouvinte*” o fato de o indivíduo surdo

3 SKLIAR, C. (Org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Mediação: Porto Alegre, 1998.

Estranhei ainda mais: as pessoas com quem conversava criticavam a visão cientificista que medicalizava a surdez, mas aceitavam quase passivamente o cientificismo estruturalista e/ou funcionalista que naturalizava algo tão arraigadamente cultural quanto uma língua.

ter que dedicar-se ao aprendizado do português escrito. Não se tratava apenas de críticas à insensata tentativa behaviorista/oralista de ensinar pessoas surdas a se comunicarem através da modalidade oral das respectivas “línguas nacionais”. Tratava-se de uma recusa, muitas vezes velada, inclusive ao ensino/aprendizado das modalidades escritas das “línguas nacionais”. Não eram, diga-se, posturas hegemônicas entre os educadores e pensadores da área da surdez, mas eram, por outro lado, extremismos derivados da afirmação das Línguas de Sinais como

“línguas naturais”⁴. Esta sim uma teorização muito defendida entre educadores e pensadores dedicados à área da surdez. Eu estranhei o fato de não encontrar quase nenhuma espécie de resistência relativa ao fato de se *naturalizar*, sem maiores questionamentos, um fenômeno de tamanha densidade cultural como uma língua. Todo sítio ao castelo de Saussure, empreendido por Derrida⁵, pela desconstrução de um modo geral e por certas tendências do chamado pós-estruturalismo linguístico, assunto por demais corriqueiro nos meios acadêmicos brasileiros contemporâneos, parecia ser sumariamente ignorado. Estranhei ainda mais: as pessoas com quem conversava criticavam a visão cientificista que *medicalizava* a surdez, mas aceitavam quase passivamente o cientificismo estruturalista e/ou funcionalista que naturalizava algo tão arraigadamente cultural quanto uma língua.

E mais: faziam uma apreensão frequentemente binária e dicotômica do termo “*diferença*”⁶. Este termo é utilizado, de forma mais frequente, vinculado às ideias da corrente filosófica conhecida como “*desconstrução*”, mais precisamente, com o pensamento de Gilles Deleuze e Jacques Derrida. É um conceito não dialético. Para construí-lo, Deleuze recorreu à crítica nietzschiana ao caráter esquemático da dialética hegeliana⁷. Nietzsche, na perspectiva de Deleuze, admite que a dialética

busca, ao menos, pensar o movimento e não apenas um paralisado “Ser”, como na tradição platônico-aristotélica. Mas adverte: a dialética pensa o *dever* de maneira ainda esquemática e essencialista. Ao propor que as coisas se movimentam devido a oposições binárias entre uma tese que é negada por uma antítese e redonda em uma síntese, a dialética impõe um esquema ideal para explicar o movimento real das coisas. Para Deleuze e Nietzsche não existem, a não ser como construções discursivas, pares binários de teses e antíteses. As coisas, no mundo real, não se agrupam aos pares. Há entre elas, isto sim, inúmeros graus de *diferenças* e não oposições dialéticas ideais.

O conceito de “*diferença*” deveria ser evocado, portanto, para *desconstruir* oposições binárias tais como “*cultura ouvinte*” versus “*cultura surda*”⁸ e não para reificar construções discursivas de valor duvidoso. Frequentemente, entretanto, tenho captado, no campo dos estudos da surdez, uma apreensão binária do conceito de “*diferença*”, especialmente entre os leitores de Carlos Skliar⁹. Com base no mencionado autor e em críticos multiculturalistas norte-americanos¹⁰, são criticadas as perspectivas corretivas de ação pedagógica sobre a surdez que derivam de toda espécie de cientificismos e têm perigosos desdobramentos eugenísticos.

4 Sobre a categorização das Línguas de Sinais como “língua natural” dos indivíduos ou comunidades surdas, Cf. QUADROS, Ronice Muller. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem* - Porto Alegre: Artmed, 1997.

5 Cf. DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971. _____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973. _____. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

6 Cf. SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

7 DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

8 STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

9 Cf. SKLIAR, C. (Org.) *Op. cit.*, 1998.

10 Cf. LANE, Harlan. *The mask of benevolence: disabling the Deaf community*. Nova York: Vintage Books, 1992. Cf. FISHER, R. & LANE, Harlan. *Looking back. A reader on the history of deaf communities and their sign languages*. Hamburgo: Signum-Verlag, 1993.

Antes de ir à argumentação principal, em torno do tema da *linguistização* da surdez, deixem-me fazer uma pequena contextualização histórica, de resto, muitíssimo conhecida, mas, aqui, necessária para servir de pano de fundo para as argumentações que se seguirão. A afirmação das Línguas de Sinais (no caso brasileiro, Libras) como primeira língua dos sujeitos surdos e como base para o seu desenvolvimento cognitivo se desenvolve em um contexto de afirmação dos direitos e das especificidades do sujeito surdo e se contrapõe ao discurso universalista hegemônico, de recorte liberal. Este garante à maioria (e a um abstrato Homem com “H” maiúsculo) um lugar privilegiado de enunciação, supostamente neutro e universal. Os movimentos sociais das minorias (dentre eles, o dos surdos) e o discurso da crítica multiculturalista ao humanismo burguês abstrato procuraram corrigir os excessos e injustiças que têm sido perpetrados no Ocidente em nome de abstrações generalizantes como o Homem, a Ciência, a Normalidade (com “H”, “C” e “N” maiúsculos). Estamos, portanto, no campo em que as argumentações do pós-estruturalismo (com relação à chamada *microfísica do poder* e seus mecanismos institucionais de controle social), as ponderações da desconstrução (sobre as oposições binárias hierarquizadas do logocentrismo ocidental) e as reflexões dos chamados Estudos Culturais (em torno da pluralidade cultural

e social escamoteadas pelas “*fronteiras imaginadas*” dos Estados Nacionais) encontram e dão argumentos à lutas políticas dos movimentos sociais das minorias ligados ao associativismo civil da sociedade contemporânea globalizada. Passamos, entretanto, de um extremismo cientificista para uma espécie de histeria multiculturalista. Adotando uma perspectiva histórica, posso compreender, mas nunca justificar, àqueles que, sob a alegação de defender um grupo cultural minoritário, adotam posturas xenófobas e com um teor francamente persecutório, como: “*os sujeitos ouvintes vêem os sujeitos surdos com curiosidade e, às vezes, zombam por eles serem diferentes.*”¹¹. Generalizações dessa natureza são, no mínimo, respostas intolerantes a possíveis intolerâncias sofridas. Os perigos do binarismo, do essencialismo e do paroquialismo¹², derivados de posturas políticas e discursos teóricos multiculturalistas, não podem ser escamoteados ou subestimados nos dias de hoje. Em outro momento, voltarei ao tema aqui apresentado.

Voltando às reflexões em torno da língua, em minha opinião, o aprendizado da língua nacional escrita precisa continuar sendo considerado, nos moldes da velha cidadania iluminista, ainda não de todo implantada entre nós, um direito de todo cidadão e um objetivo a ser atingido pelos meios e agentes educacionais do país. Sem tal aprendizado, não há como lutar

para usufruir uma cidadania plena nem fazer parte do embate político e econômico travado em todo e qualquer agrupamento social. Em nossos discursos teóricos, as nações podem corresponder a pós-modernas “*fronteiras imaginadas*” e ser encaradas como “*construções discursivas*”¹³. É, sem dúvida, uma maneira de destacar a natureza semiótica (e, portanto, prismática e relativa) de nossos valores culturais. Podemos e devemos destacar a natureza multilinguística dos agrupamentos humanos concretos e não devemos temer ressaltar o caráter ficcional de conceitos linguísticos aparentemente simples como o de “língua”¹⁴. Mas não devemos cair no extremo oposto do logocentrismo: o relativismo absoluto. Até para ser capaz de *desconstruir* conceitos tão arraigados, como os de “língua” e “nação”, nosso aluno precisa construir sofisticados instrumentos cognitivos que impliquem num domínio satisfatório da escrita. Apesar das ilusões “*escritofóbicas*” estimuladas pelo fonocentrismo dos seguidores, voluntários ou involuntários, de Rousseau, Saussure e Chomsky, hoje sabemos amplamente que a escrita não serve apenas para duplicar a língua oral; ela permitiu, no passado histórico, e permite, hoje, a cada ser humano em processo de aprendizagem, novas possibilidades de comunicação e, sobretudo, de organização cognitiva¹⁵. Não temos, portanto,

11 STROBEL, Karin. *Op cit.*

12 Cf. AMIT-TALAI, Vered e KNOWLES, Caroline, orgs. *Re-situating identities. The politics of race, ethnicity, culture.* Peterborough, Ontario: Broadview Press, 1996.

13 CARVALHO, Luiz Claudio da C. *Canções balcânicas.* In: *Tecnogaia: revista independente de cultura, pesquisa e saber.* 1ª edição. Tecnogaia cultural, Senai-RJ, Xerox-Funguten, 2005.

14 RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? IN: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade.* Campinas: Mercado de Letras, 2000.

15 BAJARD, E. *Ler e Dizer.* São Paulo: Cortez, 2001.

o direito de estigmatizar aqueles, que, por um motivo ou outro, não lograram ou não desejaram absorver o aprendizado de uma língua nacional escrita. Mas não podemos, por outro lado, negar a ninguém que pode, e assim deseja, a possibilidade de aprender a língua da nação da qual faz parte, queira ou não. Este parece ser, nos dias de hoje, o grande desafio concreto dos discursos identitários responsáveis articulados em torno do bilinguismo ou do multilinguismo: garantir a coexistência respeitosa de sistemas linguísticos (talvez, se assim insistem, culturais) diferentes em uma mesma coletividade nacional sem relegar a um segundo plano o direito universal dos cidadãos ao melhor domínio possível da língua oficial ou hegemônica de seus respectivos países.

Quando utilizo o termo “*linguistização*” quero destacar como uma parte expressiva das pessoas dedicadas aos estudos no campo da surdez e aos movimentos sociais surdos rejeita enfaticamente a medicalização da *diferença* e aceitam com tranquilidade a *naturalização* linguística das línguas de sinais. Tais pessoas agem como se não percebessem que os fenômenos culturais da medicalização e da naturalização das línguas têm as mesmas origens: as perspectivas acríticas e objetivistas fundadas no mito da neutralidade científica, resquício positivista dos quais são herdeiros tanto a linguística estrutural de Saussure quanto o gerativismo de Chomsky. É curioso o tipo de prestígio que a Linguística e seu entorno têm nos meios surdos brasi-

Quando utilizo o termo “*linguistização*” quero destacar como uma parte expressiva das pessoas dedicadas aos estudos no campo da surdez e aos movimentos sociais surdos rejeita enfaticamente a medicalização da *diferença* e aceitam com tranquilidade a *naturalização* linguística das línguas de sinais.

leiros (gostaríamos de saber se é um fenômeno mundial, creio que seja devido à influência cultural e econômica norte-americana). A medicina e seus desdobramentos são encarados (muitas vezes, de forma um tanto paranoica), numa perspectiva pós-estruturalista, como elementos constitutivos de uma estrutura microfísica de poder. Mas o discurso de poder institucional científico engendrado pela linguística não é visto com as mesmas restrições. Como se a linguística estivesse isenta de cientificismos e essencialismos totalizantes. Entretanto, ao afirmarmos, por exemplo, que as línguas de sinais “*são línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive a*

comunidade surda”¹⁶, o que fazemos é obscurecer toda a conquista social e política de agrupamentos humanos de pessoas surdas que lograram construir socialmente, com arte e engenho, no terreno dos embates e dos encontros humanos, um instrumento (um artifício) simbólico tão poderoso quanto uma língua socialmente organizada. Obscurecemos, naturalizando, todo o desejo de articular discursos¹⁷ e narrativas comuns que costumam subjazer sobre essa coisa, tão difícil de definir, a que chamamos uma língua. Ao darmos importância excessiva à língua (e sua natureza), podemos estar obscurecendo o desejo de discurso e o discurso do desejo que nasceram e são veiculados por elas.

É como se a linguística e seus agentes institucionais também não vigiassem e punissem¹⁸. Com base na crítica à medicalização da *diferença*, critica-se o fato de indivíduos surdos serem narrados pela ciência como seres patológicos e *deficientes*. De fato, ao narrar os surdos como deficientes, a ciência torna absoluta uma circunstância que é relativa. Em outras palavras, torna a pessoa surda também *deficiente* em outras habilidades que nada têm com a capacidade de ouvir e emitir palavras pelo canal oral e auditivo. O fato de se ter alguma especificidade em sua constituição física não torna determinada pessoa *deficiente* em tudo e, muito menos, *anormal*.

Entretanto, muitos dos que se batem contra o discurso totalizante e rejeitam os estigmas engendrados pela Medicina e seus arredores, acei-

16QUADROS, Ronice Muller. Língua de sinais. IN: Op. cit. p. 47.

17FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. Ed. Loyola: São Paulo, 1996.

18Alusão a FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história violenta das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DEBATE

tam, com estranha ingenuidade, ver o surdo ser narrado como *falante nativo* de uma *língua natural*. Não compreendem que o jogo é o mesmo. Aceitam um destino e uma espécie de identidade – redentora e absoluta – vinculada ao uso compulsório de uma *“língua natural”*. Não se trata mais de um destino imposto pelo discurso da normalidade e anormalidade narrado pela Medicina. Mas trata-se, isto poucos percebem, de um destino cultural igualmente imposto por outro discurso científico: o da linguística. A pessoa surda deixa de ser encarada como um *deficiente* a ser tratado e curado, mas passa a ser vista como uma nova espécie de *bom selvagem*, com ares de pureza étnica e cultural. Mas, o *bom selvagem* (assim como o deficiente narrado pela medicalização) não fala por si próprio. Ele é *bom*, mas *selvagem*. Não pode sequer escolher articular-se em torno de uma língua que é uma conquista política e cultural sua. Uma *língua natural* não é uma escolha e sim um destino. O *falante nativo da língua*, ser puro e ideal, tem o filósofo (ou o linguista) como seu porta-voz autorizado pelo discurso científico. Em outras palavras, o “falante nativo puro” de “uma língua natural” não passa de uma reificação estruturalista do mito romântico do bom selvagem de Rousseau. Assim, um determinado discurso científico e sua burocracia garantem seu direito de propriedade sobre um grupo de seres sem autoconsciência que são separados, defendidos, vigiados e punidos (em caso de não se adaptarem à missão de cumprirem o destino natural ao qual estão condenados).

Talvez seja interessante convocar, no presente momento, a intervenção das reflexões de Vygotsky sobre o tema da relação entre pensamento e linguagem¹⁹. Destaco Vygotsky porque, estranhamente, nos meios estudiosos do fenômeno da surdez tal autor é presença constante. Afirmando que tal presença é estranha porque frequentemente, em certos discursos, Vygotsky e Chomsky são convocados a uma improvável união. Definitivamente, as visões de língua dos referidos autores, eu diria, são inconciliáveis. Por isso, trago Vygotsky à cena.

Interessa-me destacar a maneira como o autor recoloca o tema do

O falante nativo da língua, ser puro e ideal, tem o filósofo (ou o linguista) como seu porta-voz autorizado pelo discurso científico. Em outras palavras, o “falante nativo puro” de “uma língua natural” não passa de uma reificação estruturalista do mito romântico do bom selvagem de Rousseau.

debate filosófico da passagem do “estado de natureza” ao “estado de sociedade” nos termos de *passagem do plano do biológico para o plano da Cultura*. Em sua perspectiva histórico-cultural, apesar de uma possível leitura determinista e cientificista, da qual tenho procurado me afastar, a cultura engloba realizações humanas que são duplamente instrumentais: em seu aspecto técnico e seu aspecto simbólico. Na perspectiva de Vygotsky, o desenvolvimento psicológico (com sua importante imbricação com o desenvolvimento da linguagem) é um fenômeno de natureza cultural, relacionado com a chamada *“função reguladora da linguagem”*²⁰. O desenvolvimento daquilo que Vygotsky chama de *“funções psicológicas superiores”* está na colisão das formas culturais maduras com as formas primitivas que caracterizam a conduta da criança. Tal fórmula desemboca na *“lei genética geral do desenvolvimento cultural”*: as funções psicológicas superiores têm origem no plano social (e não no biológico) e têm de se constituir no plano social. O desenvolvimento cultural implica a transposição do ser humano em formação do plano biológico para o plano cultural. Porém, o ser humano não abandona o plano biológico originário. A leitura de Vygotsky – embora tenhamos restrições à natureza cientificista de expressões como *“leis científicas”* ou *“funções”* – nos distancia de uma perspectiva normativa, beletista e humanista (nos termos universalistas de recorte liberal) dos estudos das línguas e de sua aquisição. Mas também nos afasta da tentação de

19 Cf. VYGOTSKY, L.S.A. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

20 MORATO, Edwiges Maria. *Linguagem e Cognição: as reflexões de Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

naturalizar ou “*biologizar*” instrumentos simbólicos – portanto, fundamentalmente, culturais – como as línguas. E mais: impede-nos de tratar os estudos linguísticos e seus objetos como estudos das ciências ditas *naturais*, como parecem pretender as abordagens de viés mais estruturalista ou formalista, como Saussure, Chomsky e seus seguidores.

No fundo (e, muitas vezes, em busca de fundos e recursos), o que se busca, quando se tenta fazer da linguística uma ciência natural é usufruir do mesmo prestígio e estatuto indiscutível de cientificidade que as ciências ditas naturais parecem ter (ou pareciam ter, antes do paradigma cartesiano-newtoniano entrar em crise²¹). Prestígio e cientificidade semelhantes são busca-

dos quando se tenta *naturalizar* as línguas de sinais. É como se disséssemos: elas têm que existir porque são naturais. De fato, o ser humano é um ser que se constitui constituindo linguagem. Quem não a constitui através de um canal oral e auditivo, naturalmente, a desenvolverá por canais visuais, cinéticos e espaciais. Isto revela indubitavelmente que pessoas surdas terão uma inclinação, digamos, “espontânea” (e não “natural”) a se comunicarem através de recursos linguísticos visuais, cinéticos e espaciais. Mas há uma distância enorme entre o que foi afirmado anteriormente e a admissão de que qualquer língua de sinais possa ser considerada, como de resto toda e qualquer língua do planeta, uma “língua natural”. As línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais, nascem de circunstâncias históricas, políticas, culturais que longe estão de serem naturais. A arte e o engenho humano criam, coletivamente, as línguas, todas, de sinais ou não.

Não se pode, portanto, *essencializar* impunemente um abstrato sujeito surdo em torno do qual estamos construindo argumentações. Nunca se é apenas *surdo*, *negro* ou *mulher*, por exemplo. Existem múltiplas situações contextuais que permitem inúmeros matizes identitários, muitas vezes, cambiantes e imprecisos. Para ficar com a dupla determinação que interessa no momento, o mínimo que podemos dizer sobre o sujeito que estou definindo é: ele é “*surdo*” e “*brasileiro*”. De fato, ele tem aspectos identitá-

rios específicos, derivados de suas especificidades surdas, mas é institucionalmente tão cidadão brasileiro quanto qualquer outro.

Os discursos e práticas sociais inspiradas no multiculturalismo não conseguiram apenas dar visibilidade às minorias, estimular o engajamento político e aumentar a auto-estima de pessoas estigmatizadas. Toda moeda tem duas faces. Teorias e práticas multiculturalistas também deram origem a toda espécie de binarismo essencialista, de aparelhamento paroquial e de paranoia persecutória. Os problemas da mulher de classe-média norte-americana não são os mesmos problemas da mulher pobre na sociedade de castas indiana²². Aceitar que existe uma *essência*, por exemplo, negra, feminina ou surda é evitar dirigir o olhar para as *diferenças* que existem não só entre indivíduos, mas entre grupos inteiros de surdos, mulheres e negros.

Muitas vezes, tais diferenças são apagadas por interesses paroquiais²³. Os movimentos sociais das minorias deram origem às chamadas “minorias de poder”. Tais minorias ocupam espaços institucionais (em ambientes acadêmicos, organizações não governamentais, empresas, partidos políticos, administração pública...). Seguidores homogeneizados são perfeitos como elementos de sustentação política para toda espécie de burocracia paroquial. E nada nos torna mais homogêneos e mobilizados do que dis-

As línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais, nascem de circunstâncias históricas, políticas, culturais que longe estão de serem naturais. A arte e o engenho humano criam, coletivamente, as línguas, todas, de sinais ou não.

21 CARVALHO, Luiz Claudio da C. *Pensando a margem*. *Op. cit.*

22 Sobre o tema, Cf: SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In: *Tendência e impasses - o feminismo como crítica da cultura*/ organização de Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

23 Sobre o tema do “paroquialismo”, cf. AMIT-TALAI, Vered e KNOWLES, *Op. cit.*

DEBATE

cursos identitários que inflam egos e transformam humilhações, exclusões e faltas em autoestima.

Observo com muito cuidado o uso de construções discursivas como “cultura hegemônica ouvinte” e “o povo surdo”²⁴. Por um lado, muitas vezes, são importantes estandartes de luta. Por outro, se nos voltamos para reflexões sobre a história, quantas diferenças e quanta opressão restarão escondidas sob o rótulo romântico da palavra “povo”? Durante as Revoluções Burguesas, muitas “diferenças”, de natureza étnica, linguística, sexual, política, dentre outras, foram esmagadas pelo discurso do romantismo burguês em torno de narrativas-mestras²⁵ urdidas ao redor da palavra “povo”. A construção de abstrações discursivas pomposas como “povo”, “nação”, “cultura”, ao longo da história, sempre implicou em um alto grau do uso da coerção e do apagamento de incômodas diferenças. Resta-nos saber se podemos fechar os olhos para a história e deixar que o mesmo discurso se repita ingenuamente entre as variadas gamas de pessoas e agrupamentos humanos que estão na órbita do fenômeno que adjetivamos de surdez.

Haverá, por exemplo, de fato, um todo monolítico que podemos batizar de “cultura ouvinte”?

O ouvintismo não deve ser lido sob o prisma da paranoia persecutória. Isto seria reduzir o problema do ouvintismo a uma espécie de culpa de um “povo estrangeiro”. E tal procedimento é típico de fascismos e regimes ditatoriais de toda espécie. Como legado cultu-

Os movimentos sociais das minorias deram origem às chamadas “minorias de poder”. Tais minorias ocupam espaços institucionais (em ambientes acadêmicos, organizações não governamentais, empresas, partidos políticos, administração pública...). Seguidores homogeneizados são perfeitos como elementos de sustentação política para toda espécie de burocracia paroquial.

ral de uma civilização logocêntrica, marcada por um modelo de pensamento inercialmente binário, o ouvintismo afeta tanto indivíduos surdos quanto indivíduos ouvintes. Mas a superação do ouvintismo não se dará com a invenção de um “surdismo”. Para articularem-se em torno de suas justas reivindicações, surdos do mundo real não precisam

de amarras identitárias fixas. Indivíduos e grupos sociais surdos são diferentes entre si, mas, podem-se articular politicamente em torno de demandas sociais concretas.

Concluo revelando que as reflexões intempestivas acima foram realizadas com dificuldades de variadas naturezas. São resultantes de meu primeiro mergulho no admirável mundo novo que se descortinou sobre meu olhar depois que ingressei no campo dos estudos relativos à área da surdez. Sinto-me autorizado a torná-las públicas ainda que eu não seja surdo e esteja ainda Tateando o terreno no campo dos estudos surdos, a despeito daqueles que afirmam que somente surdos podem refletir com propriedade sobre o fenômeno da surdez:

“Tem muitos autores que escrevem bonitos livros sobre surdos, mas eles realmente conhecem-nos? Sabem sobre a cultura surda? Eles sentiram na própria pele como é ser surdo? De tal modo como [sic] lamentou o ex-presidente da World Federation of the Deaf – WFD, o surdo sociólogo Dr. Yerker Anderson: [...] ‘o conhecimento limitado sobre os surdos que os autores ouvintes possuem quando escrevem acerca da questão da surdez[...]’”²⁶

Mais do que isto, sinto-me convocado a intervir neste momento justamente devido ao fato de não poder deixar de fazê-lo diante da enorme divergência que tenho quando ainda me defronto com afirmações xenófobas, como a citada acima, trazidas à discussão pelos discursos em torno dos movimentos sociais das minorias.

24Cf. STROBEL, Karin. *Op. cit.*

25 BAMBERG, M. e ANDREWS, M. *Considering Counter Narratives. Narrating, resisting, making sense.* Filadélfia: John Benjamins, 2004.

26 STROBEL, Karin. *Op. cit.* p. 11

Não estou aqui negando ou sequer questionando o evidente direito – e mesmo dever – que sujeitos surdos têm de produzir sua própria narrativa sobre suas experiências com a surdez. Esta foi, sem dúvida, uma conquista dos Estudos Culturais e do multiculturalismo, legada às minorias todas. Nem mesmo tenho a ilusão de poder estar a descrever, de dentro, uma experiência, digamos, “vivencial” que nunca tive. Mas, devo afirmar, caro Dr. Anderson, todo conhecimento é limitado. Na grande maioria das vezes, mais limitado ainda é o conhecimento que podemos ter sobre nossas vivências diretas e cotidianas. A busca de conhecimento exige, sim, envolvimento, paixão; mas também, paradoxalmente, certo distanciamento crítico.

Justamente o lugar de enunciação que ocupo no presente momento é que me permite detectar as aporias que me fizeram escrever. No meio em que hoje me encontro, fala-se em “diferença”, mas ela é compreendida frequentemente de maneira binária e essencialista. Aqui onde estou, agora, erguem-se veementes dis-

Aqui onde estou, agora, erguem-se veementes discursos contra a medicalização da surdez, mas, se aceita passivamente, mesmo com certa ansiedade, a naturalização linguística da língua.

cursos contra a medicalização da surdez, mas, se aceita passivamente, mesmo com certa ansiedade, a naturalização linguística da língua. Aqui, Vygotsky e Chomsky, muitas vezes, são amalgamados em um mesmo discurso como se não houvesse qualquer divergência de fundo entre a perspectiva que tais autores têm com relação aos fenômenos relacionados com a linguagem e a cognição.

Desde que ocupo este lugar, nunca mais olhei com a mesma ingenuidade para os discursos en-

gendrados pelo multiculturalismo e pelos Estudos Culturais. Posso, portanto, afirmar que tenho aprendido muito. Quantos desdobramentos inusitados e inesperados nascem das premissas teóricas que criamos ou simplesmente repetimos? Quão pobre é o pensamento humano diante das imposições e circunstâncias da realidade. Quão opressivos, mesquinhos e autoritários podem ser os resultados de nossos pensamentos e ações que julgamos mais generosos e libertários. Os escritos acima podem, justamente por dialogarem com o tema do fundamentalismo e do cientificismo, soar como fundamentalistas e cientificistas. Não era essa a intenção. Trata-se apenas das primeiras reflexões tornadas públicas sobre um universo de questões ainda por amadurecer, sobre um território novo de questões ainda por mapear. Em busca de tal amadurecimento é que as torno públicas. Espero ansiosamente que a intervenção de outros olhares e outras palavras torne um pouco menos solitários os novos caminhos por onde minhas reflexões terão que passar.

Referências bibliográficas

AMIT-TALAI, Vered e KNOWLES, Caroline (Orgs.). “Re-situating identities”, *The politics of race, ethnicity, culture*. Peterborough, Ontário: Broadview Press, 1996.

BAJARD, E. *Ler e Dizer*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAMBERG, M. e ANDREWS, M. *Considering Counter Narratives. Narrating, resisting, making sense*. Filadélfia: John Benjamins, 2004.

CARVALHO, Luiz Claudio da C. “Canções balcânicas”. In “Tecnogaia: revista independente de cultura, pesquisa e saber”. *Tecnogaia cultural*, Senai-RJ. Xerox-Funguten. 2005.

_____. “Pensando a margem: um diálogo com Hilda Hilst e Caio Fernando Abreu”. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas (Faculdade de Letras da UFRJ), defendida em dezembro de 2003. Cópia reprográfica com 488 folhas. 2003.

_____. “Roberto Freire, uma paixão no labirinto: um estudo dos romances Cleo e Daniel e Coiote”. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira (Faculdade de Letras, UFRJ). Defesa em novembro de 1996. Cópia reprográfica com 313 folhas. 1996.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FISHER, R. & LANE, Harlan. *Looking back*. A reader on the history of deaf communities and their sign languages. Hamburgo: Signum-Verlag, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1996

_____. *Vigiar e punir: história violenta das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LANE, Harlan. *The mask of benevolence: disabling the Deaf community*. Nova York: Vintage Books, 1992.

MORATO, Edwiges Maria. *Linguagem e Cognição: as reflexões de Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*, 2ª ed. São Paulo: Plexus, 2002.

QUADROS, Ronice Muller. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?” In SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SPIVAK, Gayatri. “Quem reivindica a alteridade?” In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.